

## **O Bloco preparado para o segundo combate contra a troika**

Mesa Nacional de 31 de Janeiro de 2016

**1.1. Nas eleições presidenciais de 24 de Janeiro, registou-se o melhor resultado de uma candidatura presidencial da área do Bloco de Esquerda na história do partido. Marisa Matias foi a terceira candidatura mais votada, com 10,1% dos votos e merecendo a confiança de mais de 465 mil eleitores.**

A Mesa Nacional saúda Marisa Matias pela campanha exemplar que protagonizou e todos os e as ativistas que a apoiaram, da recolha de assinaturas à mobilização na campanha. Foi um percurso difícil, feito em pouco tempo, com meios limitados e num quadro de enorme desigualdade de cobertura mediática.

**1.2. O Bloco de Esquerda tinha três objetivos para estas eleições. O primeiro era contribuir para uma segunda volta que abrisse caminho à derrota do candidato de direita e pré-anunciado vencedor. Este resultado não foi atingido, mas, pela sua parte, o Bloco fez tudo o que estava ao seu alcance. Os resultados confirmam que a candidatura de Marisa Matias foi a melhor opção para alargar a mobilização da esquerda nestas eleições.**

A vitória de Marcelo Rebelo de Sousa com 52% dos votos, a mais curta vitória de um Presidente da República numa primeira eleição, alicerçou-se na popularidade do candidato e numa campanha que, esvaziando-se de conteúdos, evitou o confronto com o novo governo. Mas esta vitória representa um dos projetos da direita em Portugal, o da recomposição do Bloco Central. A sua viabilidade é duvidosa e dependente de vários fatores de natureza externa e interna que não devem ser negligenciados. Desde logo, a divisão da direita acerca da experiência governativa anterior e da permanência de Passos Coelho à frente do PSD e porque .

Mas este resultado deve-se também em grande medida à ambiguidade do Partido Socialista. Ao não apresentar um candidato próprio, nem apoiando nenhuma candidatura, o PS não foi capaz de mobilizar o seu eleitorado. A candidatura de Sampaio da Nóvoa, a mais visivelmente apoiada pelos atuais dirigentes socialistas, obteve apenas com 22% dos votos, muito longe da votação do PS em 4 de outubro. Sampaio da Nóvoa, muito embora se tenha batido pela causa do Estado Social, protagonizou uma candidatura explicitamente ao centro, mantendo ambiguidades políticas que impediram uma suficiente e mais mobilizadora diferenciação face à candidatura da direita.

Por outro lado, Maria de Belém foi uma candidatura vinculada à recomposição do bloco central e contribuiu para quebrar o campo socialista e, com o colapso da sua campanha, fortalecer o candidato de direita, permitindo a vitória à primeira volta.

**1.3. Marisa Matias foi a candidata que mais eficazmente se bateu pela segunda volta, protagonizando uma candidatura popular, que trouxe a debate os temas diferenciadores e foi capaz de dialogar com um largo espectro político. A**

**consistência do seu resultado eleitoral em todo o território prova a combatividade e a capacidade de mobilização da sua campanha.**

A campanha do candidato do PCP, Edgar Silva, posicionou-se sem ambiguidades do lado da defesa do Estado Social e dos direitos dos trabalhadores e contribuiu para uma mobilização importante, ainda que insuficiente, do eleitorado à esquerda.

Vitorino Silva obteve um resultado expressivo, em função do perfil pessoal do candidato, humilde e simpático. O seu resultado exprime um certo voto de “protesto”, que aliás não será alheio ao reduzido número de votos nulos e brancos.

Pelo contrário, a candidatura de Paulo Morais, tal como já tinha acontecido com o partido de Marinho e Pinto nas eleições legislativas, não superou a inconsistência do seu protagonista e esgotou a sua vertigem populista num resultado inexpressivo.

**1.4. A candidatura de Marisa Matias alcançou com êxito o segundo objetivo traçado pelo Bloco de Esquerda para estas eleições: colocar no centro da campanha as questões políticas essenciais do nosso tempo e a que o próximo Presidente da República terá de responder.**

Marisa colocou no centro da agenda a defesa do país contra a finança, dos direitos contra o privilégio, da soberania democrática contra as imposições externas - “a Constituição sobrepõe-se ao Tratado Orçamental” -, dos direitos constitucionais concretos - emprego, habitação, saúde, educação - contra a destruição da austeridade. Foi ainda a única candidata com posições claras sobre as questões internacionais, afirmando sem ambiguidades os direitos humanos e recusando liminarmente a possibilidade de colaboração das forças armadas portuguesas em ações de guerra.

Durante a campanha, foram marcantes algumas tomadas de posição: sobre o Banif, com a defesa de um veto presidencial ao orçamento rectificativo que permitiu a injeção de mais de três mil milhões de euros dos contribuintes no banco para o vender ao Santander por 150 milhões de euros; foi também o caso da reação à decisão do Tribunal Constitucional de repor por inteiro as subvenções vitalícias a ex-deputados, denunciando-as como um privilégio inaceitável. Estas posições colocaram Marisa Matias no centro do debate e obrigaram as outras candidaturas à clarificação de posições.

**1.5. A candidatura de Marisa Matias expressou a alternativa que a área do Bloco hoje representa no parlamento e no movimento social, dando mais força ao caminho contra a austeridade.**

Depois das legislativas de Outubro, esta eleição confirma o que muitos não queriam perceber: a determinação do Bloco mudou o mapa político em Portugal, porque há um povo que quis começar a desmantelar a austeridade e escolhe este espaço político de luta e compromisso que é uma garantia para os trabalhadores e reformados. O Bloco é a força transformadora que cresce e avança em nome de uma vida decente para todos e todas. É a política nova, feita de objetivos concretos, verdade e participação popular.

O governo, a direita e os poderes europeus devem perceber que a razão pela qual o Bloco cresce é que são cada vez mais os homens e as mulheres neste país que não se resignam com a emigração e a pobreza, que defendem pensões e salários, que exigem emprego e um futuro com dignidade.

**2. O Bloco de Esquerda encara a preparação do Orçamento do Estado para 2016 com renovadas forças na implementação do acordo para parar o empobrecimento. A chantagem europeia contra as medidas de recuperação de rendimentos em curso, querendo tornar permanentes os cortes que o governo anterior apresentou ao país como temporários, exige determinação na defesa de Portugal.**

A Mesa Nacional não omite as limitações da proposta orçamental do governo, tanto no esforço de recuperação de rendimentos e do Estado social, como ainda no investimento para gerar emprego. A Mesa Nacional reitera a oposição cedência do governo à Comissão Europeia no caso Banif, acabando por aceitar uma solução que impôs grandes perdas aos contribuintes portugueses, e ao plano de venda do Novo Banco, abdicando de enfrentar a estratégia europeia de desmantelamento da banca portuguesa. O Bloco será a garantia da exigência da proteção de salários e pensões, de uma alternativa pelo emprego, pelo Estado Social e pela transparência.

O Bloco continua empenhado no esforço de convergência e de procura de soluções para o país, nomeadamente no quadro do acordo entre as forças políticas que constituem a nova maioria parlamentar. Assim, participará ativamente nos grupos de trabalho governamentais para a avaliação da sustentabilidade da dívida externa; para a elaboração de um Plano Nacional Contra a Precariedade; para o estudo sobre pensões não contributivas e estrutura da proteção social e para a avaliação das medidas de combate à pobreza; para a avaliação dos custos energéticos com incidência sobre as famílias e propostas para sua redução e para a política de habitação crédito imobiliário e tributação do património imobiliário.

**3. O Bloco condena as políticas europeias de perseguição a refugiados e minorias.** A alteração à lei da nacionalidade em França, que prevê a retirada da cidadania a condenados por terrorismo que tenham uma segunda nacionalidade, bem como a decisão de confisco de bens a refugiados na Dinamarca, e da expulsão de 80 mil da Suécia, são os mais recentes passos de uma preocupante escalada contra a democracia e os direitos humanos. O Bloco reitera a necessidade de estabelecer corredores humanitários que proteja quem foge da guerra e permitam um acolhimento como é dever dos países da UE.

**4. O crescimento eleitoral do Bloco, que tem sido acompanhado por um número significativo de novas adesões, coloca novas exigências organizativas. A Mesa Nacional decide responder às tarefas imediatas de reforço da organização do Bloco com o lançamento de uma série de iniciativas setoriais e plenários públicos que envolvem toda a organização.**

Essas iniciativas respondem à necessidade de implantação do Bloco, de produzir propostas políticas que respondam aos problemas concretos do país e das pessoas, permitindo o envolvimento dos aderentes e de não aderentes, e informação sobre a atuação do Bloco no

ciclo do Orçamento de Estado, bem como para o debate em torno do confronto com as instituições europeias.

4.1. No sentido de promover a participação dos aderentes em movimentos e lutas sociais e de criar, no imediato, reuniões abertas e redes de articulação setorial apoiadas pelos deputados de cada setor, a Mesa Nacional designa um conjunto de responsáveis iniciais pela imediata concretização deste esforço. Em cada tema, estes responsáveis articularão com as organizações locais e coordenadoras setoriais.

4.2. Para promover o debate alargado sobre as questões políticas que marcam o momento que estamos a viver serão promovidos, em todo o país, plenários sobre dois temas: a chantagem europeia e o Orçamento do Estado para 2016. Estes plenários terão o formato de sessões públicas e devem ocorrer nos meses de Fevereiro e Março.